



BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

ECONOMIA EXTRACTIVA E AS IMPLICAÇÕES PARA AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

O Boletim Bibliográfico nº 44 resume obras que discutem a Economia Extractiva e as Implicações para as Estratégias de Desenvolvimento em Moçambique, uma das linhas centrais da investigação do IESE. O conceito de economia extractiva faz referência ao padrão de acumulação de capital na economia de Moçambique. Ele resulta da aplicação de um modelo de análise, que procura fornecer uma explicação sistemática dos paradoxos e das pressões da economia, em fases históricas específicas. Para além das publicações que tratam da sistematização do conceito, as publicações do IESE que compõem este boletim bibliográfico desenvolvem e expandem o conceito de economia extractiva para a análise de diferentes aspectos macroeconómicos: tendências e dinâmicas do investimento privado, sistema financeiro, política monetária e financiamento do Estado, dinâmicas de industrialização e transformação rural. Como quadro analítico para o entendimento do funcionamento da economia de Moçambique como um todo, o conceito economia extractiva representa uma plataforma a partir da qual estratégias de desenvolvimento podem ser formuladas.

Publicações do IESE sobre o tema

Discussão Geral

Castel-Branco, Carlos (2010) Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique. *Cadernos IESE* n.º 1. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf

Este artigo discute as causas estruturais e dinâmicas das fraquezas dos padrões de acumulação económica em Moçambique, desenvolvendo e sistematizando o conceito de economia extractiva e relacionando-o com a história e a economia política do padrão de acumulação, distribuição e reprodução. Esta discussão é realizada revisitando as análises históricas e os dados oficiais da economia moçambicana e, nesse processo, explorando duas vertentes relacionadas: a composição do crescimento económico e o seu impacto na estabilidade estrutural macroeconómica. A dependência do capital externo, conjugada com altos níveis de benefícios fiscais, que conduz a concentração do crescimento económico e base produtiva e a sua orientação para exportação de produtos primários e alguns bens de consumo, dependentes das importações, em oposição ao desenvolvimento da cadeia de valor de produtos básicos orientados para satisfazer as necessidades do mercado doméstico, a vulnerabilidade da economia e o padrão de acumulação nacional centrado na apropriação privada de rendas públicas fazem parte dos principais mecanismos apontados pelo conceito para explicar o

funcionamento da economia moçambicana. A parte final do artigo discute alguns desafios fundamentais para a transformação destes padrões e, por conseguinte, para o processo de industrialização.

Castel-Branco, Carlos (2012) PARP 2011-2014: Contradições, Tensões e Dilemas. In: Luis de Brito *et al.* (orgs.) *Desafios para Moçambique 2012*. pp.105 -115. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012_5.Parp.pdf

Até que ponto os objectivos preconizados pelo PARP são alcançáveis com base nas estratégias delineadas? Até que ponto o PARP é consistente em si, com a realidade de acumulação e crescimento em Moçambique e com outros documentos de política? Como é que o PARP se enquadra no debate sobre opções de desenvolvimento e papel do Estado em Moçambique? Estas são as questões discutidas no presente artigo. As conclusões apresentadas são de que o PARP distancia-se das questões fundamentais para o alcance dos objectivos traçados: aumento da produção e produtividade, desenvolvimento da média e pequena empresa, geração de emprego e redução da pobreza. Por conseguinte, o PARP apresenta estratégias de política independentes e incoerentes entre si, e com os objectivos que pretende alcançar. Adicionalmente, os objectivos e estratégias do PARP não se interligam com outras estratégias de política. O artigo conclui que a utilidade do PARP como documento de planificação real de desenvolvimento é limitada.

Castel-Branco, Carlos (2013) Reflectindo sobre Acumulação, Porosidade e Industrialização em Contexto de Economia Extractiva. In: Luis de Brito *et al.* (orgs.) *Desafios para Moçambique 2013*. pp.81-124. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Numa altura que a exploração de recursos naturais domina os debates sobre a economia de Moçambique o artigo discute a forma como este debate deveria ser tratado. Especificamente, sugere que, devido à sua correlação, os diferentes temas ligados a exploração de recursos naturais deveriam ser tratados unificadamente dentro de um quadro macroeconómico. O artigo retoma a discussão sobre o modo extractivo de acumulação da economia e de uma das suas principais consequências: a porosidade. E, partindo deste quadro analítico, o autor mostra as ligações entre os diferentes temas e discute as questões consideradas fundamentais para a construção de um quadro macroeconómico de exploração de recursos naturais.

Discussões Específicas

Amarcy, Sofia (2012) Opções de Financiamento ao Investimento Público: Um Olhar Crítico sobre o PARP 2011-2014 In In: Luis de Brito *et al.* (orgs.) *Desafios para Moçambique 2012*. pp.221-230. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012_11.FinInvPub.pdf

Que opções de financiamento do investimento público são consideradas pelo PARP na sua estratégia de combate à pobreza? Esta questão é criticamente discutida pelo presente artigo sob o argumento de que é fundamental para estratégias de desenvolvimento como o PARP equacionar a mobilização interna de recursos através da redução da porosidade da economia e redução da dependência externa. Tomando em consideração o padrão de crescimento e acumulação existente, o artigo apresenta opções para aumentar a arrecadação de recursos pelo Estado e para impulsionar as fontes de arrecadação de recursos.

Castel-Branco, Carlos e Oksana, Mandlate (2012), Da Economia Extractiva à Diversificação da Base Produtiva: O Que Pode o PARP Utilizar do Modo de Acumulação em Moçambique? In: Luis de Brito *et al.* (orgs.) *Desafios para Moçambique 2012*. pp.117-144. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012_6.EconExt.pdf

O presente artigo demonstra que instrumentos de política económica e social, como o PARP (Plano de Acção Para Redução da Pobreza) têm a sua eficácia condicionada à realidade extractiva da economia. O artigo evidencia a natureza extractiva e porosa da economia de Moçambique que determina as políticas públicas, os processos de apropriação de recursos, produção e acumulação de

excedente. Partindo desta evidência, o artigo discute como é que as dinâmicas extractivas podem ser aproveitadas para gerar um processo de industrialização que permita diversificação e articulação da base produtiva, com vista à geração de emprego e redução da pobreza.

Castel-Branco, Carlos e Ossemane, Rogério (2012) Política Monetária e Redução da Pobreza em Moçambique: Discussão Crítica. In: Luis de Brito *et al.* (orgs.) *Desafios para Moçambique 2012*. pp.145-164. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012_9.PolMon.pdf

Ao mostrar as limitações da política monetária centrada no alcance de metas de inflação de um dígito em proteger o poder de compra dos pobres e estimular o crescimento económico, o presente artigo critica a definição da estabilidade monetária como um pilar para suportar o combate a pobreza. O artigo mostra que ao definir o controlo geral de preços como objectivo primórdio de política monetária, o Banco de Moçambique não faz a diferenciação entre o nível agregado de preços e nível de preços de bens e serviços básicos de consumo que são fundamentais para o rendimento real dos mais pobres. Também não questiona quem suporta o fardo da redução do consumo para conter o nível de preços. Adicionalmente, a política monetária definida nos termos mencionados não se interliga com a expansão e diversificação da base produtiva, acabando por contribuir para reproduzir e/ou intensificar o padrão de crescimentos extractivo e poroso da economia.

Langa, Epifânia e Mandlate, Oksana (2013) Questões à Volta de Ligações a Montante com a Mozal. In: Luis de Brito *et al.* (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. pp.175-210. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

O artigo discute dinâmicas de evolução de médio prazo de empresas nacionais com ligações a montante com a Mozal, o primeiro mega projecto de investimento estrangeiro em Moçambique. As autoras examinaram o caso de 16 empresas com experiência de ligação em diversas áreas, entre elas a metalomecânica, electricidade, serviços industriais e outras. As conclusões apresentadas são de que, dadas as características da economia nacional e as características das ligações estabelecidas com este mega-projecto, as ligações a montante dos grandes projectos *per se* não fornecem uma base ampla para o crescimento das empresas, diversificação da economia e acumulação de capacidades industriais. O estudo levanta como desafio para economia, a necessidade de políticas industriais que promovam a criação e diversificação de capacidades na economia.

Massarongo, Fernanda (2013) Porque é que os Bancos Comerciais Não Respondem à Redução das Taxas de Referência do Banco de Moçambique? Reflexões. In: Luis de

Brito et al. (orgs.) *Desafios para Moçambique 2013*. pp. 149-174. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

A natureza extractiva da economia, que dita as tendências restritivas da política monetária e o recurso à dívida pública interna para financiamento público, limita a eficácia da política macroeconómica com objectivos de estimular a actividade económica. Para sustentar este argumento, o artigo explica porquê os bancos comerciais não respondem e/ou respondem de forma limitada à redução das taxas de juro directoras do banco central. Uma das conclusões apresentadas, pelo artigo, é de que a eficácia da política monetária não deve ser analisada de forma isolada. O tipo estrutura produtiva e suas implicações sobre as opções de política, a consistência da política macroeconómica e o contexto são fundamentais para entender as reacções dos agentes económicos à determinadas medidas de política.

Massingue, Nelsa e Muianga, Carlos (2013) *Tendências e Padrões do Investimento Privado em Moçambique: Questões para Análise*. In: Luis de Brito et al. (orgs.) *Desafios para Moçambique 2013*. pp.125-148. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

O artigo olha para a evolução e padrões do investimento privado em Moçambique e demonstra que as suas características seguem e reforçam natureza concentrada, desarticulada e com fracas ligações da economia. Usando dados do investimento aprovado, o artigo classifica os projectos de investimento em quatro categorias: dimensão e orientação de mercado, tipo de actividade, distribuição geográfica, valor acrescentado e relação com o sector financeiro. As conclusões são de que o (i) investimento aprovado é dominado pelos grandes projectos virados para a produção e exportação de produtos primários; (ii) os recursos naturais absorvem grande parte dos projectos de investimentos; (iii) As regiões do país abundantes em recursos naturais concentram grande parte do investimento e a capital concentra os investimentos em serviços e (iv) a ligação entre o sector financeiro e os projectos de investimento é limitada, sendo o fluxo de capitais externos e empréstimos da banca internacional o principal meio de financiamento do investimento.

Mosca, João e Selemane, Tomás (2012) *Mega-projectos no Meio Rural, desenvolvimento do Território e Pobreza: O caso de Tete* In: Luis de Brito et al. (orgs.) *Desafios para Moçambique 2012*. pp.231-255. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012_12.MegRur.pdf

Como é que o PARP conjuga a sua estratégia de desenvolvimento social com o crescente domínio da exploração de recursos naturais na economia Moçambicana? Como é que o PARP trata os desafios que a implantação de grandes projectos implica para o combate à pobreza? São as questões que o presente artigo procura responder olhando para o caso da exploração de carvão na

provincia de Tete. O artigo mostra que as intenções do PARP diferem da prática de política económica. E por sua vez, Tete apresenta um modelo de crescimento concentrado virado para o exterior, com limitada geração de emprego e ambientalmente não sustentável.

Muianga, Carlos (2012) *Desafios de Desenvolvimento da Base Produtiva: Um Olhar A Partir do PARP 2011 – 2014*. In: Luis de Brito et al. (orgs.) *Desafios para Moçambique 2012*. pp. 203-219. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012_10.BaseProd.pdf

O artigo sustenta que uma intervenção pública estratégica consistente com o desenvolvimento de uma base produtiva alargada e diversificada deve partir da compreensão das dinâmicas produtivas dominantes e do seu impacto sobre os processos de produção e acumulação. O artigo apresenta o seu argumento através de dois exercícios principais: (i) uma análise crítica de como a questão do alargamento e diversificação da base produtiva é tratada no PARP. E, (ii) uma discussão dos desafios específicos sobre como pensar na organização da produção e desenvolvimento das ligações, que são questões específicas apresentadas pelo PARP. O artigo conclui que o PARP apresenta uma abordagem dualista, homogénea e sectorial dos processos de acumulação, que se desliga das dinâmicas reais baseadas nos grandes projectos de recursos minerais e grandes concessões agrícolas viradas para a exportação. A consequência da dissociação do PARP dos processos reais de produção e acumulação existentes é que este falha como instrumento efectivo na identificação de oportunidades, prioridades e limites para o desenvolvimento de uma base produtiva diversificada e alargada, como preconizado.

Oya, Carlos (2012) *Crise global, crescimento e desafios para Moçambique e sua estratégia de desenvolvimento*. In: Luis de Brito et al. (orgs.) *Desafios para Moçambique 2012*. pp.387-409. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012_17.CriGlo.pdf

Este artigo discute criticamente a aparente “resistência” das economias africanas face ao contexto internacional de crise económica. O autor mostra que o padrão de acumulação das economias africanas é insustentável, vulnerável à pressões externas e ineficaz em reduzir pobreza. Com base na discussão de elementos centrais do carácter extractivo da economia de Moçambique, o autor mostra que os documentos oficiais de política económica, em especial o PARP 2011-2014, não consideram as implicações do contexto internacional, dado o modo de acumulação país. De acordo com o autor, a recessão global pode gerar queda da procura de produtos primários, fuga de capitais estrangeiros e até mesmo ameaçar a manu-tenção das

contribuições provenientes da Ajuda Internacional.

Woodhouse, Philip (2012), Agricultura, Pobreza e a Receita do PARP. In: Luis de Brito et al. (orgs.) *Desafios para Moçambique 2012*. pp.165-183. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012_8.AgrPob.pdf

Como forma de melhorar os níveis de pobreza especialmente nas zonas rurais, o PARP 2011 – 2014 centra uma atenção especial sobre o desenvolvimento agrícola e pesca de média e pequena escala. Assim, o aumento da produtividade na agricultura e pesca através do acesso a tecnologia, insumos, serviços financeiros e mercados ocupa lugar central no plano. O presente artigo mostra que, embora o PARP 2011 – 2014 se esforce em destacar a importância do aumento da produtividade, este falha por (i) não fazer uma análise completa da realidade da produção agrícola actual e da dinâmica dos mercados agrícolas existentes em termos de exportação e procura interna. E por (ii) não definir prioridades na lista de problemas que apresenta por resolver. Assim, olhando para a forma como o PARP faz o diagnóstico dos problemas da agricultura, o autor identifica aspectos específicos que podem ser usados para dar lugar a uma intervenção efectiva.

Wuyts, Marc (2011) Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. *Boletim IDEIAS* n.º 35P. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?target=publications_ideias.

Este artigo questiona o argumento de que se os níveis de desigualdade não aumentarem, um crescimento substancial do PIB *per capita* deve reduzir a incidência da pobreza absoluta. O autor argumenta que este tipo de análise ignora a importância da variação dos preços relativos entre categorias de produtos, mais especificamente, a variação dos preços relativos da comida nos níveis e dinâmicas de pobreza. Revelando, portanto, a importância da produção para o mercado doméstico, em particular a produção e circulação de bens de consumo essenciais a preços acessíveis para as camadas mais pobres, em especial de bens alimentares.

Outras Publicações Relevantes sobre o Tema Disponíveis no IESE

Weeks, John (2004) External Constraints to Poverty Reduction and Employment Creation in Africa: Implications for International Policy. A report for the International Labour Organisation. London, Centre for Development Policy and Research (SOAS). Disponível em: <http://jweeks.org/2004%202004%20External%20constraints%20to%20Employment%20in%20Africa.pdf>

Este relatório sustenta o argumento de que o aumento de salários e

melhoria das condições de trabalho, e portanto redução da pobreza, não são resultados automáticos dos mecanismos de mercado. Ou seja, estes dependem de como o crescimento económico é distribuído e da qualidade e quantidade de emprego que é gerado. Assim sendo, o autor - com enfoque na relação entre factores externos e a qualidade e quantidade de emprego em África - argumenta que a intervenção é fundamental para redução da pobreza.

Wuyts, Marc (2011) *Growth, Employment and the Productivity-Wage Gap: Revisiting the Growth-Poverty Nexus*. Oxford, Blackwell Publishing.

O presente artigo faz uma análise crítica da ideia de que crescimento económico traduz-se automaticamente na melhoria do nível de vida na economia, especialmente dos mais pobres. O autor argumenta que, o regime de acumulação e a sua relação com a criação de emprego e aumento da produtividade é que ditam o impacto do crescimento económico sobre a produtividade. O autor baseia a sua discussão no relatório *The State of Working America 2008/2009* que procura mostrar a relação entre o desempenho económico da economia Americana e a melhoria do nível de vida da força de trabalho entre os anos 2000 e 2008/9, considerando o nível de desigualdade e pobreza. E basicamente, demonstra que a melhoria do nível de vida da força de trabalho depende de como é que o crescimento económico se traduz em aumento da produtividade e criação de emprego, e por sua vez, em como a produtividade significa aumento do nível de remuneração.

Literatura Cinzenta sobre o tema disponível no IESE

Castel-Branco, Carlos (2012) "Pensando nos "paradoxos" da economia de Moçambique a partir de uma perspectiva de economia política - o sistema extractivo de acumulação. Palestra para o Comité de Conselheiros da Agenda 2025. 28 Fevereiro de 2012. Universidade Politécnica, Maputo. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/Paradoxos EconMoz cncb.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/Paradoxos_EconMoz_cncb.pdf)

Esta apresentação, feita por um dos investigadores do IESE numa das principais universidades de Moçambique, explica os aparentes paradoxos da economia de Moçambique. Especificamente, o autor explica como é que altas taxas de crescimento da economia Moçambicana são consistentes com altas e estagnadas taxas de pobreza e dependência externa da estabilidade Macroeconómica. A clarificação dos paradoxos é feita através de uma abordagem de economia política que abandona a predominante tendência de análise sectorial da economia.